



Evento	Salão UFRGS 2020: SIC - XXXII SALÃO DE INICIAÇÃO CIENTÍFICA DA UFRGS
Ano	2020
Local	Virtual
Título	Migração, desenvolvimento e saúde: o acesso de imigrantes e refugiados ao Sistema Único de Saúde (SUS) em Porto Alegre
Autor	ISABELLA MARTINS CARPENTIERI
Orientador	FABIAN SCHOLZE DOMINGUES

Universidade Federal do Rio Grande do Sul

Migração, desenvolvimento e saúde: o acesso de imigrantes e refugiados ao Sistema Único de Saúde (SUS) em Porto Alegre

Autor: Isabella Martins Carpentieri

Orientador: Prof. Dr. Fabian Scholze Domingues

O crescimento dos fluxos migratórios internacionais traz à tona o debate referente à responsabilidade dos Estados em garantir os direitos sociais básicos às populações migrantes, estando incluso o acesso à saúde. No caso brasileiro, foi um marco importante a criação do Sistema Único de Saúde (SUS), ao organizar e articular os serviços, ampliando a justiça e reduzindo a desigualdade. Institucionalmente, não existem restrições formais que impeçam a utilização do SUS, mas a esfera jurídica esbarra em diversos obstáculos. Nesse contexto, o trabalho objetiva debater o acesso de imigrantes, refugiados e portadores de visto humanitário às políticas públicas de saúde na cidade de Porto Alegre.

A pesquisa se divide em duas partes. Na primeira, é apresentada a estrutura do SUS e discutida a interface entre desenvolvimento, migração e saúde, com base nas contribuições dos teóricos do desenvolvimento humano, como Amartya Sen. A segunda parte dedica-se a estudar o acesso aos serviços públicos de saúde por imigrantes no território brasileiro e, em específico, no município de Porto Alegre.

Para isso, utiliza-se metodologia quantitativa, com base em dados disponibilizados pela Secretaria Municipal de Saúde (SMS) de Porto Alegre. Cumpre informar que o trabalho ainda está em desenvolvimento e a pesquisadora aguarda a autorização do Comitê de Ética em Pesquisa da SMS para a análise completa dos dados do e-SUS.

Como resultados prévios, identificam-se dificuldades específicas no acesso aos serviços públicos de saúde pela população imigrante, como o não domínio do idioma do país receptor, a ocidentalização da saúde e o desconhecimento das especificidades culturais pelos profissionais da saúde. Além disso, a necessidade, na maioria das vezes, da Regularização Migratória para acessar os serviços de

saúde, pode ser considerada uma contradição com a Nova Lei de Migração e à própria Constituição de 1988.